



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**PROJETO DE LEI Nº 015/2010**

**Autoriza o Executivo Municipal a contratar pessoal - Engenheiro Agrônomo - por prazo determinado em caráter emergencial.**

**DARCI JOSÉ LAUERMANN**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a contratação em caráter emergencial de 01 (um) Engenheiro Agrônomo, para atender necessidade excepcional de interesse público.

**Art. 2º** - As contratações de que trata o artigo anterior serão pelo prazo de (6) seis meses, a contar da efetiva contratação, podendo ser renovado pelo mesmo período, sendo regidas pelas normas do Regime Jurídico Único.

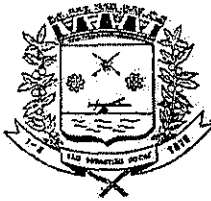
**Art. 3º** - A retribuição pecuniária mensal a ser paga ao contratado será equiparada àquele estabelecida para os servidores do Município e proporcional às horas trabalhadas, observada a correspondente categoria funcional e reajustada ao mesmo tempo e nos mesmos índices desta.

**Art. 4º** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

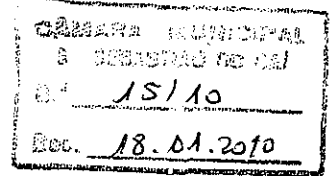
**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

  
**DARCI JOSÉ LAUERMANN**,  
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Como é sabido, recentemente o Município realizou concurso público para diversos cargos. No entanto, por força de ordem judicial, o edital de concurso público do ano de 2004 que previa a seleção, dentre outros profissionais, de engenheiro agrônomo, encontra-se suspenso.

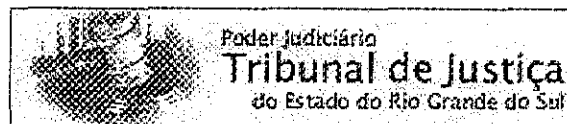
Assim, cumprindo ordem judicial do processo nº 068/1.04.0001125-6, novamente não foi realizado concurso para engenheiro agrônomo.

No entanto, o Município e os serviços diários prestados pelo profissional, ainda mais agora quando São Sebastião do Caí encaminha a municipalização do Meio Ambiente, não podem ficar sem o trabalho de um Engenheiro Agrônomo.

Em face do exposto, solicito aos Nobres Edis que o presente projeto seja aprovado nos termos ora propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, 15 de janeiro de 2010.

  
**DARCI JOSÉ LAUERMANN,**  
Prefeito Municipal.



Consulta de 1º Grau  
Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

**Processo Cível****Número:** 068/1.04.0001125-6**Processo Principal:**  
**Processos Reunidos:****PROCESSO DE CONHECIMENTO**

Ordinária - Outros

**Segredo de Justiça:** Não**Comarca:** São Sebastião do Cai**Órgão Julgador:** 2ª Vara 1/1**Data da Propositura:** 13/07/2004**Local dos Autos:** AUTOS RETORNADOS AO CARTÓRIO**Situação do Processo:** COM CARTÓRIO**Volume(s):****Quantidade de folhas:****Partes:****Nome:**

JUAREZ LOVATO PIRES

**Designação:**

AUTOR

**Advogado:**

ONEIDE SMIT

**Nome:**

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**Designação:**

RÉ

**Advogado:**

PAULO FERNANDO MENTZ

**Últimas Movimentações:**

04/09/2009	DISPONIBILIZADA NOTA NO DJ ELETRÔNICO - 151/2009 em 04/09/2009
18/12/2009	DOCUMENTO(S) JUNTADO(S) - Petição
18/12/2009	EXPEDIDA CERTIDÃO
21/12/2009	CONCLUSÃO AO JUIZ
30/12/2009	AUTOS RETORNADOS AO CARTÓRIO

Ver Termos de Audiência

Ver Guias de Custas

**Última atualização:** 30/12/2009**Data da consulta:** 16/01/2010**Hora da consulta:** 16:15:02



Poder Judiciário  
**Tribunal de Justiça**  
do Estado do Rio Grande do Sul



**Consulta de 1º Grau**  
Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul  
Número do Processo: 10400011256



**Julgador:**

Ana Paula Braga Alencastro

**Despacho:**

É de ser acolhida a promoção ministerial, na medida em que há suspeitas sobre o concurso público objeto da presente.

A abertura de novo certame nos mesmos moldes daquele constante do edital n.º 09/2004, suspenso por força de liminar, é temerária, não restando outra solução senão o deferimento de nova medida liminar.

Pelo exposto, defiro o pedido de fls. 286/287 e determino a suspensão do edital n.º 002/2007 até final julgamento do presente feito.

Intimem-se.

Copyright © 2003 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Departamento de Informática